

VIII

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO

PROCESSO 2010.1.28306.1.7 – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Pró-Reitoria de
Graduação

1

ESTRUTURAS E ALTERAÇÕES CURRICULARES
NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO ENCAMINHAMENTO DOS
PROCESSOS À Pró-G

Considerando a necessidade de agilizar e desburocratizar a tramitação das Estruturas Curriculares, bem como suas alterações,

Considerando a decisão do Conselho de Graduação que, em Sessão de 19.08.2010, aprovou o mérito da matéria em questão, bem com o decidido pelo CoG, em Sessão de XXXXX, passam a vigorar os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento à Pró-G dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares:

Estruturas Curriculares

As Unidades deverão encaminhar à Pró-G, anualmente, nos prazos definidos, as Estruturas Curriculares de seus Cursos, ouvidos os Departamentos e/ou, quando houver, as Comissões de Coordenação de Cursos, com as aprovações das Comissões de Graduação e Congregações.

As solicitações serão divididas em duas categorias:

I. alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade

Serão analisadas e aprovadas na Unidade (Comissão de Graduação e Congregação), ouvidos, quando existirem, os Departamentos e/ou Comissões de Coordenação de Cursos.

Finalizada a tramitação na Unidade, os processos deverão ser encaminhados à Pró-G, para análise de seu Serviço competente e posterior envio para ciência, à Câmara Curricular e, por meio de sua ata, ao Conselho de Graduação.

Nota: Havendo solicitação expressa da Unidade, as alterações poderão ser encaminhadas à Pró-G, para serem submetidas à análise da Câmara Curricular e do Vestibular (envio a parecerista e análise da CCV), com posterior encaminhamento ao Conselho de Graduação.

a) tipos de alterações em disciplinas
Inclusão em outro(s) curso(s)
Exclusão de um ou mais cursos
Desdobramento
Fusão
Alterações:
de carga horária (créditos aula e/ou trabalho)
de carga horária de estágio inserido na disciplina
de carga horária total de disciplina estágio obrigatório
de nome
de programa
nos objetivos
de ementa (programa resumido)
nos métodos didáticos
nas normas de recuperação
nos critérios de avaliação
de bibliografia
de responsável
de carga horária de PCC's
de carga horária em AACC's
de período ideal
de requisitos
de obrigatoriedade da disciplina
de tipo (semestral/anual/quadrimestral)
da carga horária total em disciplinas optativas

b) alterações no projeto pedagógico, que não impliquem em reformulação curricular:
no perfil do graduando
nos objetivos do curso
nas competências e habilidades
na organização do curso
no desenvolvimento dos conteúdos

II. alterações em disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-G

Nas Unidades, deverão ser ouvidos os Departamentos e/ou, quando houver, as Comissões de Coordenação de Cursos e aprovadas nas Comissões de Graduação e Congregações.

Na Pró-Reitoria, as propostas serão verificadas pelo seu Serviço competente, encaminhadas a parecerista da CCV, analisadas pela CCV e, posteriormente, enviadas ao CoG para deliberação:

Reformulação de:
Curso
Habilitação
Ênfase
Alteração do nome
Alteração da duração ideal / mínima / máxima
Criação e extinção de disciplinas
Alterações no projeto pedagógico: (*)
No perfil do graduando
Nos objetivos do curso
Nas competências e habilidades
Na organização do curso
No desenvolvimento dos conteúdos
(*) Alterações no projeto pedagógico que não demandem reformulações curriculares serão tratadas conforme mencionado no item I.

Nota: Quando do envio do pedido de Renovação do Reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação, o conjunto das alterações das Estruturas Curriculares do período será analisado por todos os Órgãos envolvidos: Departamento e/ou, quando houver, Comissão de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação, Congregação, CCV e CoG.

Para efetivar estas mudanças, a Pró-Reitoria de Graduação propõe as seguintes alterações nas atribuições das Congregações, nos incisos III e IV do Artigo 39 do Regimento Geral da USP: ✓

De:

"III - Propor ao CoG a estrutura curricular dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações.

IV - Propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidades"

Para:

"III - Aprovar as alterações curriculares de seus cursos que não impliquem em reformulação, e os programas das disciplinas ministradas pela Unidade.

IV - Propor ao CoG, criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas.

Após estas alterações no Regimento Geral da USP, deverão ser corrigidos:

- o artigo 4º inciso III da Resolução 3732/90

"Artigo 4º - Compete, ainda, ao CoG:

III - Aprovar as modificações curriculares propostas pelas Unidades;"

para:

III - Aprovar a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas, propostas pelas unidades;"

- Resolução CoG 4235/96 – Artigo 3º - alteração do inciso I e eliminação dos parágrafos 1º e 2º:

De:

"Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - analisar as estruturas curriculares, apresentando parecer ao CoG;.....

§ 1º - Fica delegada à Câmara Curricular e do Vestibular a competência para decidir sobre as alterações curriculares enviadas pelas Unidades à Pró-Reitoria de Graduação em data posterior à aprovação, pelo Conselho de Graduação, das estruturas curriculares anuais, não se incluindo nesta delegação de competência a criação de novas disciplinas.

§ 2º - O CoG tomará conhecimento das decisões da CCV, relativamente às alterações que se enquadram no parágrafo anterior pelas Atas das correspondentes reuniões, podendo os Conselheiros que assim o desejarem solicitar para consulta os processos a que elas se referem bem como requerer que sejam as alterações submetidas à aprovação do CoG."

Para:

"Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - Em casos excepcionais, a critério das Unidades, analisar as estruturas curriculares apresentando parecer ao CoG;...

Providenciadas as alterações citadas, as Unidades deverão modificar seus Regimentos para se adequarem às novas resoluções.

Pró-G/15/09/2010

Of.CG-128/FE-USP/14.09.2010

Senhora Pró-Reitora

A Comissão de Graduação da FEUSP, em sessão de 02/09/2010, analisou a proposta apresentada no CoG de 19/08/2010, para alteração dos procedimentos de alteração de disciplinas de graduação, no âmbito do Programa de Melhoria da Eficiência nos Procedimentos da PrG.

A Comissão considerou essa iniciativa louvável no sentido de desburocratizar o trabalho na Universidade e agilizar algumas atividades.

Entretanto, entendeu que é necessário definir:

- os casos que serão considerados como reformulação drástica e
- os procedimentos para negociação quando o curso for de responsabilidade de mais de uma Unidade, como as Licenciaturas, lembrando a importância da análise da CIL.

Na oportunidade, manifesto protestos de estima e consideração.


Prof. Dr. Manoel Orosvaldo de Moura
Presidente da Comissão de Graduação

Ilma. Sra.
Profa. Dra. TELMA MARIA TENÓRIO ZORN
Pró-Reitora de Graduação da USP



Pró-Reitoria de
Graduação

4

ESTRUTURAS E ALTERAÇÕES CURRICULARES
NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO ENCAMINHAMENTO DOS
PROCESSOS À Pró-G

Considerando a necessidade de agilizar e desburocratizar a tramitação de alterações nas Estruturas Curriculares

Considerando a decisão do Conselho de Graduação que, em Sessão de 19.08.2010, aprovou o mérito da matéria em questão, bem com o decidido pelo CoG, em Sessão de xxx passam a vigorar os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento à Pró-G dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares:

Estruturas Curriculares

As Unidades deverão encaminhar à Pró-G, anualmente, nos prazos definidos, as Estruturas Curriculares de seus Cursos, aprovadas em todas as instâncias da Unidade, quais sejam: Departamentos (quando existentes), Comissões de Graduação ouvidas, quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregações.

As solicitações de alterações nas estruturas curriculares passam a ser divididas em duas categorias:

I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade

Deverão ser analisadas e submetidas para aprovação a todas as instâncias da Unidade: Departamentos, quando existentes, Comissão de Graduação, ouvidas, quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregação. Finalizada a tramitação na Unidade, os processos deverão ser encaminhados à Pró-G, para análise e posterior envio, para ciência, à Câmara Curricular e, por meio de sua ata, ao Conselho de Graduação.

Nota: Havendo solicitação expressa da Unidade ou Unidades envolvidas as solicitações de alterações poderão ser encaminhadas à Pró-G, para serem submetidas

à análise da Câmara Curricular e do Vestibular com posterior encaminhamento ao Conselho de Graduação.

Grupo I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade
a) Alterações em disciplinas
<ul style="list-style-type: none">✓ Carga horária (créditos aula e/ou trabalho);✓ Carga horária de estágio inserido na disciplina;✓ Carga horária total de disciplina estágio obrigatório;✓ Nome;✓ Programa;✓ Objetivos;✓ Ementa (programa resumido);✓ Métodos didáticos;✓ Normas de recuperação;✓ Critérios de avaliação;✓ Bibliografia;✓ Responsável;✓ Carga horária de Prática como Componente Curricular;✓ Período ideal;✓ Requisitos;✓ Periodicidade (semestral/anual/quadrimestral);✓ Carga horária total em disciplinas optativas.

II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-G.

Nas Unidades, a sistemática continua a mesma, ou seja, as alterações devem ser aprovadas em todas as instâncias internas (Departamento, quando houver, CoC, quando houver, CG e Congregação) e encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação.

Na Pró-Reitoria, as propostas serão verificadas pelo seu Serviço competente, encaminhadas a parecerista da CCV, analisadas pela CCV e, posteriormente, enviadas ao CoG para deliberação. Nos casos de cursos ou disciplinas que envolvam mais de uma Unidade, essas deverão se manifestar. Nos casos que envolvam licenciatura haverá a manifestação da CIL e da CCV:

Grupo II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-Reitoria de Graduação
A: Alterações em disciplinas que inclua:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação e extinção, inclusão e exclusão ✓ Modificação de obrigatória para optativa e vice-versa;
B: Reformulação de Curso
C. Alteração do nome do Curso, da Habilitação ou da Ênfase
D. Alteração da duração ideal / mínima / máxima do curso
E. Criação e reformulação de:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Curso ✓ Habilitação ✓ Ênfase
F: Alterações no projeto pedagógico.

Nota: Quando do envio do pedido de Renovação do Reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação, o conjunto das alterações das Estruturas Curriculares do período será analisado por todos os Órgãos envolvidos: Departamento (se houver) e/ou, quando houver, Comissão de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação, Congregação, CCV e CoG. Neste caso, a Unidade e o Serviço de Apoio da Pró-G devem indicar explicitamente quais foram as alterações introduzidas no período em análise.

Para efetivar estas mudanças, a Pró-Reitoria de Graduação propõe as seguintes alterações nas atribuições das Congregações, nos incisos III e IV do Artigo 39 do Regimento Geral da USP:

De:

"III - Propor ao CoG a estrutura curricular dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações.

IV - Propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidades"

Para:

“III - Aprovar as alterações curriculares de seus cursos definidas para deliberação na Unidade, que não impliquem em reformulação do curso nem em modificação do projeto pedagógico, conforme disposto na **Resolução CoG nº XXX**, e os programas das disciplinas ministradas pela Unidade;

IV - Propor ao CoG a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases, a criação/inclusão e extinção/exclusão de disciplinas, alteração da duração ideal, mínima e máxima de Cursos, alteração no nome dos Cursos, Habilitações ou Ênfases e modificações nos projetos pedagógicos dos Cursos.

Após estas alterações deverão ser corrigidos:

- o artigo 4º inciso III da Resolução 3732/90

“Artigo 4º - Compete, ainda, ao CoG:

III - Aprovar as modificações curriculares propostas pelas Unidades;”

para:

III - Aprovar a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas, propostas pelas Unidades;”;

- a Resolução CoG 4235/96 – Artigo 3º - alteração do inciso I e eliminação dos parágrafos 1º e 2º:

De:

“Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - analisar as estruturas curriculares, apresentando parecer ao CoG;.....

§ 1º - Fica delegada à Câmara Curricular e do Vestibular a competência para decidir sobre as alterações curriculares enviadas pelas Unidades à Pró-Reitoria de Graduação em data posterior à aprovação, pelo Conselho de Graduação, das estruturas curriculares anuais, não se incluindo nesta delegação de competência a criação de novas disciplinas.

§ 2º - O CoG tomará conhecimento das decisões da CCV, relativamente às alterações que se enquadram no parágrafo anterior pelas Atas das correspondentes reuniões, podendo os Conselheiros que assim o desejarem solicitar para consulta os processos a que elas se referem bem como requerer que sejam as alterações submetidas à aprovação do CoG.”

Para:

“Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - Em casos excepcionais, a critério das Unidades, analisar as estruturas curriculares apresentando parecer ao CoG;...”.

Providenciadas as alterações citadas, as Unidades deverão modificar seus Regimentos para se adequarem às novas resoluções.



Pró-Reitoria de
Graduação

Processo: 2010.1.28306.1.7

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

O Conselho de Graduação, em Sessão de 18.08.2011, aprovou o documento reformulado sobre novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, pelas Unidades à Pró-G, das Estruturas e Alterações Curriculares apresentado pela Pró-Reitoria (fls. 26/28).

Segue, também, juntada aos autos Minuta de Resolução que disciplinará a matéria conforme decidido pelo CoG.

São Paulo, 02 de setembro de 2011.

À Secretaria Geral para os devidos fins.

Profa. Dra. Telma Maria Tenório Zorn
Pró-Reitora de Graduação



Pró-Reitoria de
Graduação

30

MINUTA

Resolução CoG nº _____, de ____ de _____ de 2011.

Estabelece normas para os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, pelas Unidades à Pró-Reitoria de Graduação (Pró-G), dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares.

A Pró-Reitora de Graduação da USP, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a necessidade de agilizar e desburocratizar a tramitação de alterações nas Estruturas Curriculares;
- a decisão do Conselho de Graduação (CoG) que, em Sessão de 19.08.2010, aprovou o mérito da matéria em questão, bem como o decidido pelo CoG, em Sessão de 18.08.2011, e pela CLR, em Sessão de _____, baixa a

RESOLUÇÃO

Artigo 1º - Passam a vigorar os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, à Pró-G, dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares.

Artigo 2º - As Unidades deverão encaminhar à Pró-G, anualmente, nos prazos definidos, as Estruturas Curriculares de seus Cursos, aprovadas em todas as instâncias da Unidade, quais sejam: Departamentos (quando existentes), Comissões de Graduação ouvidas, quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregações.

Artigo 3º - As solicitações de alterações nas Estruturas Curriculares passam a ser divididas em duas categorias:

I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade (Grupo I)

Deverão ser analisadas e submetidas para aprovação a todas as instâncias da Unidade: Departamentos, quando existentes, Comissão de Graduação (CG), ouvidas,



Pró-Reitoria de
Graduação

quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregação. Finalizada a tramitação na Unidade, os processos deverão ser encaminhados à Pró-G, para análise e posterior envio, para ciência, à Câmara Curricular e do Vestibular e, por meio de sua ata, ao Conselho de Graduação.

Nota: Havendo solicitação expressa da Unidade ou Unidades envolvidas as solicitações de alterações poderão ser encaminhadas à Pró-G, para serem submetidas à análise da Câmara Curricular e do Vestibular com posterior encaminhamento ao Conselho de Graduação.

Grupo I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade
--

a) Alterações em disciplinas

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">✓ Carga horária (créditos aula e/ou trabalho);✓ Carga horária de estágio inserido na disciplina;✓ Carga horária total de disciplina estágio obrigatório;✓ Nome;✓ Programa;✓ Objetivos;✓ Ementa (programa resumido);✓ Métodos didáticos;✓ Normas de recuperação;✓ Critérios de avaliação;✓ Bibliografia;✓ Responsável;✓ Carga horária de Prática como Componente Curricular;✓ Período ideal;✓ Requisitos;✓ Periodicidade (semestral/anual/quadrimestral);✓ Carga horária total em disciplinas optativas. |
|---|



Pró-Reitoria de
Graduação

32

II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-G (Grupo II).

Nas Unidades, a sistemática continua a mesma, ou seja, as alterações devem ser aprovadas em todas as instâncias internas (Departamento, quando houver, CoC, quando houver, CG e Congregação) e encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação.

Na Pró-Reitoria, as propostas serão verificadas pelo seu Serviço competente, encaminhadas a parecerista da CCV, analisadas pela CCV e, posteriormente, enviadas ao CoG para deliberação. Nos casos de cursos ou disciplinas que envolvam mais de uma Unidade, essas deverão se manifestar. Nos casos que envolvam licenciatura deverá haver a manifestação da Comissão Interunidades das Licenciaturas (CIL) e da CCV:

Grupo II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-Reitoria de Graduação
A: Alterações em disciplinas que inclua:
<ul style="list-style-type: none">✓ Criação e extinção, inclusão e exclusão;✓ Modificação de obrigatória para optativa e vice-versa.
B: Reformulação de Curso
C. Alteração do nome do Curso, da Habilitação ou da Ênfase
D. Alteração da duração ideal / mínima / máxima do curso
E. Criação e reformulação de:
<ul style="list-style-type: none">✓ Curso;✓ Habilitação;✓ Ênfase.
F: Alterações no projeto pedagógico.



**Pró-Reitoria de
Graduação**

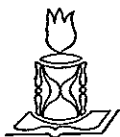
Nota: Quando do envio do pedido de Renovação do Reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação, o conjunto das alterações das Estruturas Curriculares do período será analisado por todos os Órgãos envolvidos: Departamento (quando houver) e/ou, quando houver, Comissão de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação, Congregação, CCV e CoG. Neste caso, a Unidade e o Serviço de Apoio da Pró-G devem indicar explicitamente quais foram as alterações introduzidas no período em análise.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2011.

Profa. Dra. Telma Maria Tenório Zorn
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Rubens Beçak
Secretário Geral



35

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

Processo no. : 2010.1.28306.1.7

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

Assunto: Melhoria dos procedimentos da Pró-Graduação

PARECER

Estes autos tratam de proposta visando melhoria dos procedimentos atualmente em vigor na Pró-Reitoria de Graduação, pertinentes à alteração de disciplinas e de cursos.

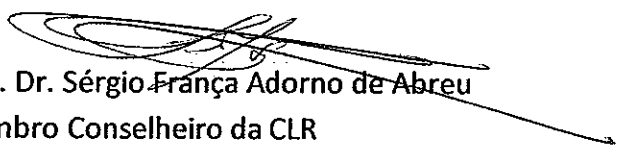
Com o propósito de desburocratizar e descentralizar os procedimentos, a proposta estabelece duas instâncias de competência decisória, conforme a natureza da alteração pretendida. Em um primeiro grupo, classificam-se as alterações em disciplinas, conforme situações discriminadas (fls. 25 dos autos). Nesta classe, os pedidos terão como instância final decisória as Unidades, antes ouvidos os Departamentos e/ou, quando houver, Comissões de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação e a respectiva congregação.

Em um segundo grupo, classificam-se as propostas de alteração de disciplinas que impliquem criação e extinção, inclusão e exclusão, modificação de status (de obrigatória para optativa). Igualmente nesta classe estão incluídas propostas de reformulação do Curso, de Habilitação ou da ênfase; Alteração da duração ideal/mínima/máxima; criação e reformulação de curso, habilitação e ênfase; e alterações no projeto pedagógico. Nesta classe, as propostas terão como instância final decisória os órgãos colegiados da Pró-Reitoria de Graduação.

O Conselho de Graduação, em sessão de 18/08/2011 aprovou o documento. Os autos encontram-se instruídos com minuta de Resolução que disciplinará a matéria (fls. 30-33).

Antes do parecer final desta CLR, proponho ouvir-se a Procuradoria Geral da USP pois que a proposta enseja alterações nos incisos III e IV do artigo 39 do Regimento Geral da USP bem como alterações na Resolução CoG 4235/96.

São Paulo, 28 de setembro de 2011


Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro Conselheiro da CLR



PG. P. 2980/11 - RUSP
AMJ

PROCESSO Nº: 2010.1.28306.1.7

INTERESSADO: Pró-Reitoria de Graduação.

ASSUNTO: Minuta de Resolução CoG que modifica o procedimento de alterações nas Estruturas Curriculares. Proposta de alteração do Artigo 39, incisos III e IV do Regimento Geral da USP e do Artigo 3º da Resolução CoG 4.235/96. Exame jurídico-formal e conclusão pela ausência de óbice às alterações.

P A R E C E R

Senhor Procurador Chefe,

Trata-se de Consulta formulada pela Pró-Reitoria de Graduação para a averiguação da regularidade jurídica em minuta de Resolução do Conselho de Graduação (CoG) que descreve novo procedimento de encaminhamento, pelas Unidades à consulente, dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares.

A norma, cuja minuta foi juntada às fls. 30 a 33, estabelecerá dois tipos de alterações em disciplinas, sendo que aquelas menos substanciais – *vide* rol da fl. 31 – passariam a ser deliberadas em



instância final na própria Unidade. Apenas as alterações mais significativas – *vide* rol da fl. 32 – permaneceriam percorrendo as etapas atuais, com deliberação final no CoG.

Para a compatibilização dessas modificações com as demais normas da Universidade de São Paulo, haveriam de ser alterados o Artigo 39, incisos III e IV do Regimento Geral da USP e o Artigo 3º da Resolução CoG 4.235/96.

Quanto à alteração da Resolução CoG 4.235/96 por outra norma de mesmo tipo e hierarquia, não se vislumbra qualquer óbice jurídico.

Com efeito, a competência do CoG para estabelecer normas sobre a promoção de atividades de graduação e avaliação do ensino é reconhecida pela Resolução nº 3.732/1990, que baixa o seu Regimento, e pelo Artigo 30 do Estatuto da USP.

No que tange à proposta de alteração de dispositivos do Regimento Geral da USP, também não se visualiza irregularidade de ordem jurídico-formal quanto aos trâmites adotados.

Após análise dos autos por esta Procuradoria, está-se propondo, corretamente, seu encaminhamento à Comissão de Legislação e Recursos (CLR), que deve deliberar sobre os Projetos a serem submetidos à apreciação do Conselho Universitário (Co), conforme o Artigo 21, I, do Estatuto da USP.

A referida submissão faz-se necessária, pois, segundo o Artigo 16 do Estatuto, é o Co quem elabora e emenda o Regimento Geral da Universidade, cujos dispositivos incompatíveis com a nova Resolução CoG pretende-se alterar.



Sendo estas as considerações, sugerimos a devolução dos autos à Pró-Reitoria de Graduação para que tome ciência deste Parecer e dê prosseguimento aos trâmites processuais.

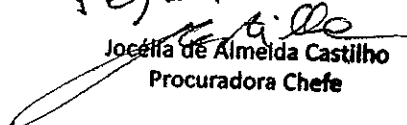
É o que, *sub censura*, cabe submeter, nesta oportunidade, à consideração da digna Chefia.

Procuradoria Geral, 06 de outubro de 2011.


AIRTOM MARQUEZINI JUNIOR

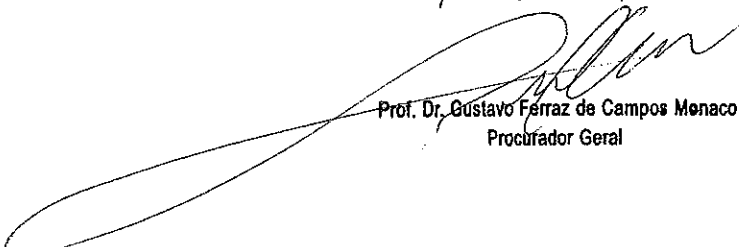
Procurador

Procuradoria de Licitações e Contratos Administrativos

De acordo.
PG, 13/10/11.

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.
À PRG para ciência e
continuidade.

PG, 13. out. 11


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

Processo no. : 2010.1.28306.1.7

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

Assunto: Melhoria dos procedimentos da Pró-Graduação

PARECER

Conforme entendimento manifesto em meu parecer anterior (fls. 35), as alterações propostas pela Pró-Reitoria de Graduação foram examinadas pela Procuradoria de Licitações e Contratos Administrativos (PG.P.2980/11 – RUSP, fls. 38-40). Este parecer jurídico não identifica óbices às mudanças que, caso aprovadas pelo Colegiado Superior, deverão ser introduzidas no artigo 39, incisos III e IV, do Regimento Geral da USP; no inciso III do art. 4º. do Regimento do Conselho de Graduação baixado pela Resolução no. 3732, de 04.09.90; e no artigo 3º. da Resolução CoG 4.235/96. Em decorrência, são apensadas pela Procuradoria Jurídica minutas (fls. 43-44) de Resoluções a serem baixadas respectivamente e consoante competências regulamentares, pelo Reitor e pela Pró-Reitora de Graduação, autoridade esta inclusive ciente do teor das minutas (fls. 41 dos autos).

Isto posto, à vista das razões apresentadas, visando conferir maior eficiência aos trâmites burocráticos pertinentes à alteração de disciplinas e cursos, proponho a esta Comissão a aprovação do requerido.

São Paulo, 05 de dezembro de 2011



Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro Conselheiro da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

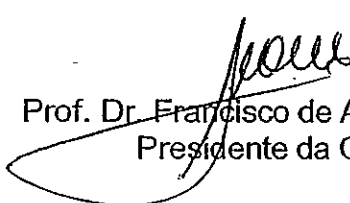
Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2010.1.28306.1.7**Interessado:** PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

A CLR, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à minuta de Resolução que estabelece normas para os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, pelas Unidades à Pró-G, dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares, bem como às alterações do art. 39, incisos III e IV do Regimento Geral, do art. 4º, inciso III, da Resolução nº 3732/90 e do art. 3º da Resolução CoG nº 4235/96.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Altera dispositivo do Regimento do Conselho de Graduação.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O inciso III do artigo 4º do Regimento do Conselho de Graduação, baixado pela Resolução nº 3732, de 4.09.90 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 4º - ...

III – aprovar a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas, propostas pelas Unidades; (NR)”

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral